

# Líderes já preparam corpo-a-corpo

Os líderes governistas começam segunda-feira um corpo-a-corpo para trazer quórum ao Congresso, durante a convocação extraordinária, e tentar tornar ágeis algumas das últimas medidas provisórias (MP) do ajuste fiscal do Governo, com a certeza do pagamento extra de jeton de R\$ 8 mil a cada parlamentar.

"As medidas que devem ser votadas esta semana devem trazer quase R\$ 4 bilhões na soma do ajuste fiscal", afirmou o líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP). A MP que deve trazer boa parte desse lucro do ajuste fiscal é a que altera a legislação do Imposto de Renda (IR), no que se refere ao Sistema Integrado de Pagamento das Microempresas (Simples), à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, do Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e Operações de

Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativos a Títulos e Valores Imobiliários (IOF).

A outra é a que institui a cobrança de taxa nos processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A taxa deve variar de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil.

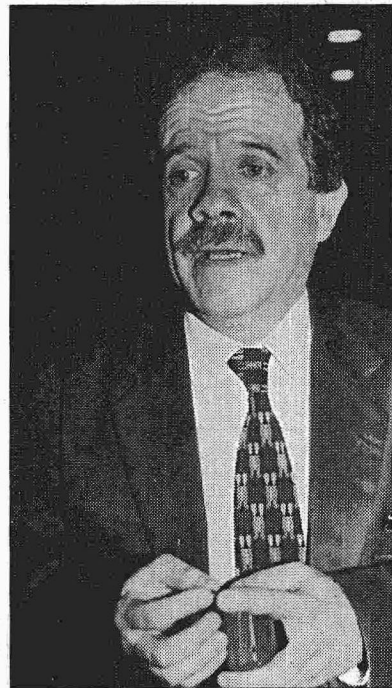
As outras duas MPs na pauta da quarta-feira são a que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que terá a finalidade de fazer controle sanitário, além de fiscalizar portos, aeroportos e fronteiras, e a que trata da vigência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Segundo Madeira, a criação do Ministério da Defesa é prioridade ainda para discussão nessa convocação extraordinária. Outro projeto que antecipa a reforma tributária e faz parte do ajuste fiscal a ser votado ainda em janeiro é o que cria o imposto

seletivo (sobre combustíveis e outros produtos). "O texto já está em condições de ir a plenário", afirmou.

Na terça-feira, será criado um grupo de trabalho de parlamentares e membros do Ministério da Previdência Social para discutir a contribuição dos inativos. Dentro do pacote de ajuste fiscal, é prioridade do Governo, mas deve ir a plenário só em fevereiro. Os governistas temem uma quinta derrota, uma vez que o assunto continua sem consenso e foi rejeitado quatro vezes.

Na quinta-feira, o Senado tem o primeiro dia de discussão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prorroga por mais 36 meses e altera de 0,20% para 0,38% a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A PEC foi aprovada em primeiro turno na quarta-feira.



**Madeira: mobilização total**

Arquivo